

Conselho de Administração**DELIBERAÇÃO Nº 11 / CA / 2017****de 22 de Novembro de 2017****Autorização UNITEL T+, S.A. para a prestação de serviços de Televisão por Assinatura**

A empresa **Unitel T+ Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, S.A.**, requereu à Agência Nacional das Comunicações (ANAC) autorização para o início da prestação de serviços de Televisão por Assinatura (TVA).

Analisado o pedido do ponto de vista do Decreto- Legislativo n.º 7/2005, de 28 de Novembro, com a redação dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2014, de 13 de Outubro, e do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 9 de Julho, à requerente foi solicitada a entrega de alguns documentos em falta para que aquele pedido fosse considerado.

Tendo sido entregue em tempo os documentos solicitados e, tendo a requerente efetuado o pagamento da taxa de Autorização para o exercício da Atividade de Televisão por Assinatura, estavam reunidas todas as condições para análise ao pedido feito.

Assim sendo e considerando:

- (i) Que a operadora **Unitel T+ Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, S.A** pretende ser uma prestadora global de comunicações eletrónicas, onde os seus clientes possam encontrar uma solução completa para todas as suas necessidades de comunicações e entretenimento pessoal e corporativas;
- (ii) Que o **Decreto-Legislativo n.º 7/2005, de 28 de Novembro**, alterado pelo Decreto-legislativo n.º 2/2014, de 13 de Outubro, doravante designado Decreto-Legislativo n.º 7/2005, estabelece na alínea u) do artigo 3º que o conceito de rede de comunicações eletrónicas abrange as redes de televisão por cabo ou por assinatura;
- (iii) Que o **Decreto-Lei n.º 18/2008, de 9 de Junho**, definidor do regime de acesso de exercício da atividade de operador de televisão por assinatura para uso público, considera as redes de televisão por cabo ou por assinatura como redes de comunicações eletrónicas, nos termos do diploma referenciado no ponto anterior;
- (iv) Que o acesso pleno para o exercício desta atividade, por pessoas coletivas de direito público e de direito privado, carece de mera autorização atribuída pela Autoridade Reguladora das comunicações eletrónicas, nos termos do nº1 do artigo 19º do Decreto-Legislativo n.º 7/2005.
- (v) Que compete à ANAC, na qualidade da Autoridade Reguladora das comunicações eletrónicas, analisar o pedido de autorização em conformidade com os dispostos no artigo 19º do Decreto-Legislativo n.º 7/2005 e com a **Deliberação nº1/CA/2007, de 28 de Dezembro**, que estabelece os procedimentos para o pedido de autorização para o início da atividade de comunicações eletrónicas;

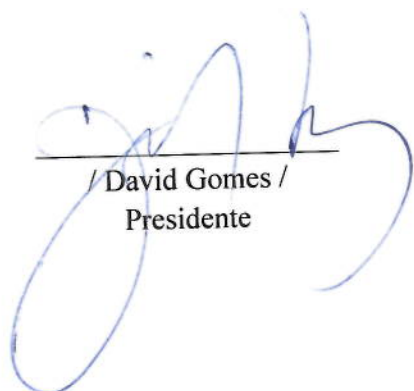
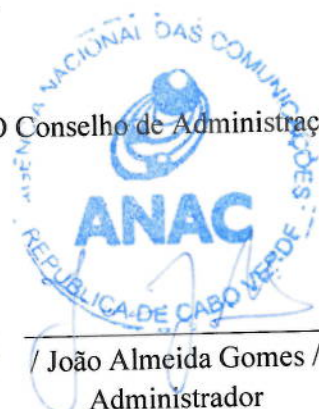
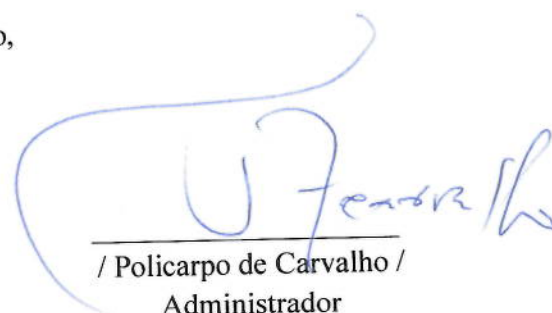
- (vi) Que a **Unitel T+ Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, S.A.**, é prestadora licenciada de serviços de telecomunicações complementares móveis - Serviço Móvel Terrestre (SMT);
- (vii) Que, da perspetiva do desenvolvimento do mercado das comunicações eletrónicas e da diversificação de serviços, a concessão da autorização solicitada pode ser vantajosa para o consumidor final;
- (viii) Que o número 1 do artigo 16º do Decreto Legislativo garante a liberdade de oferta de redes e serviços de comunicações eletrónicas;
- (ix) Os objetivos de regulação previstos no artigo 5º e o disposto no artigo 19º, ambos do Decreto- Legislativo n.º 7/2005, de 28 de Novembro, com a redação dada pelo Decreto-Legislativo nº 2/2014, de 13 de Outubro,

O Conselho de Administração da ANAC, na sua reunião ordinária de 10 de Novembro, que teve continuação em 14 de Novembro de 2017 e ao abrigo do disposto no artigo 19º do Decreto Legislativo nº 7/2005, com a redação dada pelo Decreto-Legislativo nº 2/2014, de 13 de Outubro, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 18/2008, de 9 de Junho, que define o regime de acesso de exercício da atividade de operador de televisão por assinatura para uso público e, ao abrigo dos Estatutos da ANAC, aprovado pelo Decreto-lei nº 33/2015, de 4 de Junho, tendo em conta os objetivos da promoção da concorrência na oferta de serviços de comunicações eletrónicas e a defesa dos interesses dos cidadãos, delibera o seguinte:

1. Autorizar a **Unitel T+ Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, S.A.**, a exercer a atividade de Prestador de serviços de Televisão por Assinatura em todo o território Nacional, nas condições da Autorização anexa a esta Deliberação, fazendo desta parte integrante.
2. A presente Deliberação entra em vigor após a sua publicação.

Praia, 14 de Novembro de 2017.

O Conselho de Administração,


/ David Gomes /
Presidente
/ João Almeida Gomes /
Administrador
/ Policarpo de Carvalho /
Administrador

Conselho de Administração**AUTORIZAÇÃO Nº 001/ TVA/ANAC/2017**

A empresa **UNITEL T+ Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, SA**, requereu à Agência Nacional das Comunicações (ANAC) a autorização para o início de prestação de serviços de Televisão por Assinatura.

Cumpridos os requisitos estabelecidos no Decreto-Legislativo n.º 7/2005, de 28 de Novembro, alterado pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2014, de 13 de Outubro, doravante designado Decreto-Legislativo e na Deliberação da ANAC n.º 1/2007, de 30 de Janeiro, o Conselho de Administração, por considerar o pedido de autorização da **UNITEL T+ Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, S.A.** oportuno e adequado aos objectivos prosseguidos pela política das comunicações electrónicas do país, delibera, nos termos dos artigos 19º e 25º do Decreto-Legislativo e ao abrigo da alínea d) do artigo 9º dos Estatutos da ANAC, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 33/2015, de 4 de Junho, o seguinte:

- 1º. Conceder, no âmbito da oferta de redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, a presente Autorização à empresa **UNITEL T+ Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, SA**, matriculada na Conservatória do Registos Comercial da Praia, sob o n.º 1874/2005/08/09, com sede social na Avenida Cidade de Lisboa, Edifício BAI Center, 4º e 6º pisos, Chã d'Areia, Praia, ilha de Santiago, titular do NIF n.º 252214420, adiante designada **UNITEL T+ Telecomunicações**, para a prestação de serviços de Televisão por Assinatura (TVA).
- 2º. Proceder à especificação das condições gerais associadas, respectivamente as constantes no anexo à presente Autorização, desta fazendo parte integrante.

A presente Autorização rege-se pelos termos seguintes:

1º
Autorização

Pelo presente título fica a **UNITEL T+ Telecomunicações**, autorizada a exercer atividades como Operadora de Televisão por Assinatura, para o uso público, em todo o território nacional, desenvolvendo, sem prejuízo de outras que lhe sejam reconhecidos nos termos da lei, as seguintes atividades:

- a) Disponibilização ao público de serviços de programas televisivos de acesso condicionado, não condicionado com assinatura, de imagens não permanentes e sons através de uma rede de comunicações electrónicas.
- b) Prestação de serviços de natureza endereçada, quer acessíveis mediante solicitação individual, quer mediante ato de adesão, funcionalmente associados e adequados ao objeto das transmissões de serviços de programas televisivos de imagens não permanentes e sons.

2º Obrigações

1. A **UNITEL T+ Telecomunicações**, no exercício das suas actividades, deve respeitar os princípios constantes no Decreto-Legislativo, no Decreto-Lei nº 10/2009, de 20 de Abril, no Decreto-Lei nº 18/2008, de 9 de Junho, bem como os termos constantes nas Condições Gerais associadas à oferta dos serviços e no documento anexo à presente Autorização, que desta fazem parte integrante.
2. A **UNITEL T+ Telecomunicações** deve manter a capacidade técnica adequada ao cumprimento das obrigações específicas da autorização, dispondo, nomeadamente, de um corpo de pessoal qualificado para o exercício das suas actividades.
3. Notificar quaisquer alterações que venham a ser introduzidas no respectivo pacto social ou no projeto técnico apresentado.
4. Comunicar a data do início efetivo das atividades autorizadas.
5. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 105º do Decreto-Legislativo n.º 7/2005, a **UNITEL T+ Telecomunicações** deve disponibilizar e remeter à ANAC, no prazo para o efeito fixado, os dados estatísticos e as demais informações necessárias ao acompanhamento da evolução da atividade autorizada, nomeadamente:
 - a) Número de assinantes e de lares cobertos;
 - b) Estrutura do número de assinantes;
 - c) Localização das infra-estruturas (condutas e cabos, centros emissores);
 - d) Estrutura das receitas.

3º Instalação de Infra-estruturas

1. A **UNITEL T+ Telecomunicações**, no desenvolvimento da actividade de operador de Televisão por Assinatura, fica autorizada a instalar, nos termos da lei, as infra-estruturas previstas no projeto técnico apresentado.
2. A **UNITEL T+ Telecomunicações** pode instalar os seus próprios meios de comunicação via satélite ou contratar com operadores licenciados para o transporte do respectivo sinal entre um ponto externo à respectiva rede e os centros de distribuição da mesma.
3. A utilização da rede de distribuição para a prestação de serviços de Televisão por Assinatura ao público, objeto da presente autorização obedecerá o disposto em lei bem como à demais legislação aplicável ao sector das comunicações eletrónicas.

4º Taxas

1. A **UNITEL T+ Telecomunicações** fica sujeita ao pagamento das taxas, previstas no nº 1 do artigo 102º do Decreto-Legislativo, no artigo 19º do Decreto-Lei nº 10/2009, de 20 de Abril, no artigo 1º da Portaria nº 30/2004, de 16 de Agosto e na Deliberação nº 16/CA/2016, de 28 de

Dezembro.

2. A UNITEL T+ Telecomunicações fica sujeita ao pagamento de juros à taxa legal em caso de mora no pagamento das taxas referidas no número anterior.

5º

Fiscalização

A fiscalização e a verificação das condições de instalação e exploração dos Serviços objecto da presente Autorização, ficam a cargo da ANAC, através de agentes ou mandatários devidamente credenciados para o efeito, em conformidade com o disposto no Capítulo II do Título VII do Decreto – Legislativo, no Capítulo V do Decreto-Lei nº10/2009, de 20 de Abril e no artigo 51º dos Estatutos da ANAC, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 33/2015 de 4 de Junho.

6º

Prazo e Renovação

1. O prazo da presente Autorização é de 10 (dez) anos, com efeito a partir da data da sua emissão.
2. A presente Autorização é renovável por igual período, mediante pedido do titular apresentado à ANAC com a antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias antes do término do respetivo prazo de vigência.
3. No caso referido no número anterior, a ANAC reserva-se no direito de não renovar a Autorização, desde que tenha comunicado a sua decisão até três meses antes do término do respetivo prazo de vigência, devendo a decisão ser fundamentada, valendo o seu silêncio como deferimento tácito.

7º

Casos omissos

Tudo quanto não constar na presente Autorização, reger-se-á pelo disposto na lei cabo-verdiana sobre o sector das comunicações electrónicas e pelas Condições que figuram em anexo.

8º

Normas subsidiárias

Na ausência de regulamentação interna, devem ser aplicadas as normas, padrões ou recomendações internacionalmente reconhecidas, designadamente, as emanadas pela União Internacional das Telecomunicações (UIT), pelo Instituto Europeu de Normas de Telecomunicações (ETSI), pela Organização Internacional de Normalização (ISO), Comissão Electrotécnica Internacional (CEI) e pelo Instituto de Engenheiros Eléctricos e Electrónicos (IEEE).

Feito na Cidade da Praia, aos 14 dias do mês de Novembro do ano dois mil e dezassete.

/David Gomes
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO

CONDIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Obrigações do Titular

1. A **UNITEL T+ Telecomunicações**, enquanto prestador de Televisão por Assinatura, fica sujeita, às seguintes condições decorrentes do n.º 1 do artigo 25º do Decreto-Legislativo:

- a) Negociar a interligação e obter o acesso ou a interligação de outras empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, nas condições e nos termos previstos no Decreto - Legislativo, sem prejuízo das competências da Autoridade Reguladora Nacional previstas na lei;
- b) Assegurar a interoperabilidade dos serviços e a interligação das redes;
- c) Garantir a manutenção da integridade da rede, nomeadamente mediante a adopção de condições que impeçam a interferência electromagnética entre redes e ou serviços de comunicações electrónicas, nos termos da lei e respetivas medidas regulamentares;
- d) Garantir a segurança da rede contra o acesso não autorizado nos termos da Legislação aplicável à protecção de dados pessoais e da privacidade no domínio das comunicações electrónicas;
- e) Cumprir os requisitos de protecção do ambiente ou de ordenamento urbano e territorial, assim como os requisitos e condições associados à concessão de acesso a terrenos públicos ou privados e condições associadas à partilha de locais e recursos, incluindo, sempre que apropriado, todas as garantias financeiras e técnicas necessárias para assegurar a correcta execução dos trabalhos de infra-estrutura;
- f) Garantir a protecção dos dados pessoais e da privacidade no domínio específico das comunicações electrónicas, em conformidade com legislação aplicável à protecção de dados pessoais e da privacidade;
- g) Adoptar as regras que garantam a protecção dos utilizadores constantes do artigo 37º do Decreto – Legislativo, bem como das que vierem a ser determinadas pela ANAC neste domínio nos termos da lei;
- h) Observar as restrições respeitantes à transmissão de conteúdos ilegais, e a transmissão de conteúdos lesivos em conformidade com a lei;
- i) Contribuir para o financiamento do serviço universal em conformidade com os artigos 92º a 94º do Decreto – Legislativo, e artigo 21º do Decreto-regulamentar nº 14/2015, de 31 de Dezembro;
- j) Adotar medidas destinadas a garantir a conformidade com as normas e ou especificações constantes do artigo 27º do Decreto – Legislativo;

- k) Pagar à ANAC as taxas em conformidade com o artigo 102º do Decreto – Legislativo e com a Deliberação nº 16/CA/2016, de 28 de Dezembro;
 - l) Fornecer à ANAC as informações solicitadas no âmbito do n.º 1 do artigo 105º do Decreto – Legislativo, e para os fins previstos no seu artigo 106º;
 - m) Cumprir os mandados e injunções que, nos termos da lei, lhes sejam dirigidos pelas autoridades competentes.
2. Sem prejuízo do disposto no artigo 38º do Decreto – Legislativo, a **UNITEL T+ Telecomunicações** fica sujeita a prestar os serviços autorizados em conformidade com os indicadores básicos de qualidade fixados pela ANAC.

Artigo 2º **Relações com os Clientes**

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 37º do Decreto – Legislativo, a **UNITEL T+ Telecomunicações**:
- a) Deve garantir o acesso dos clientes, em condições de igualdade, aos serviços prestados, não podendo recusá-los, em qualquer das modalidades disponíveis, a quem preencha os requisitos exigidos e cumpra as condições impostas pelas disposições legais e regulamentos aplicáveis, devendo iniciar a sua prestação o mais rapidamente possível;
 - b) Deve garantir a existência de serviços de assistência comercial e de participação de avarias pelos clientes;
 - c) Pode suspender ou cessar a prestação de serviços em caso de incumprimento do contrato ou de outras normas aplicáveis, devendo notificar o cliente com a antecedência mínima de 15 dias para suprir a falta.
2. Fora dos casos previstos no número anterior, e salvo em casos de força maior ou de avarias imprevisíveis, quando o Titular desenvolva a sua actividade com níveis de qualidade adequados, o funcionamento dos sistemas ou a prestação de serviços só podem ser restringidos ou interrompidos mediante prévia autorização da ANAC.
3. Quando for prevista uma restrição ou interrupção, a **UNITEL T+ Telecomunicações** deve avisar a ANAC e os clientes, com razoável antecedência, sobre a duração, âmbito e motivo da restrição ou interrupção.

Artigo 3º **Preços**

1. Os serviços prestados pelo Titular são pagos por quem os utilizar, de acordo com os preços e modalidades de pagamento livremente contratados.
2. Os preços devem ser fixados globalmente em valores, tão próximos quanto possível, do custo dos serviços prestados, tendo em consideração a necessidade de um rendimento comercial do

Titular relativamente ao investimento realizado.

3. A faturação fornecida aos clientes deve discriminar convenientemente os serviços prestados e os preços aplicados.
4. O Titular deve informar previamente a ANAC das alterações a introduzir no preço dos serviços prestados.
5. A ANAC pode determinar a alteração dos preços quando se verificarem práticas de concorrência desleal ou quando os mesmos constituírem um obstáculo ao desenvolvimento do mercado.

Artigo 4º

Transmissibilidade da autorização

A Autorização é transmissível, a título oneroso ou gratuito, mediante prévia autorização do Conselho de Administração da ANAC.

Artigo 5º

Renúncia à autorização, a pedido do Titular

Sem prejuízo do disposto no n.º 15 do artigo 19º do Decreto – Legislativo, a renúncia à Autorização está sujeita a prévia autorização da ANAC, a qual deve ser requerida com a antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.

Artigo 6º

Suspensão e revogação por razões de interesse público

1. A Autorização pode ser suspensa ou revogada, total ou parcialmente, pela ANAC, quando razões de interesse público o imponham, no respeito dos direitos legalmente protegidos do Titular.
2. A suspensão ou a revogação da Autorização por razões de interesse público conferem ao Titular o direito de uma justa indemnização, nos termos legais.

Artigo 7º

Suspensão e revogação por incumprimento

Sem prejuízo do disposto no n.º 16 do artigo 19º do Decreto – Legislativo, a Autorização pode ainda ser suspensa ou revogada quando o Titular não respeite os termos e condições em que a mesma é atribuída, designadamente quando se verifique:

- a) A violação das condições da Autorização ou de normas legais sobre a inviolabilidade e sigilo das comunicações;
- b) A suspensão, total ou parcial, não autorizada, da prestação dos serviços, por motivo diretamente imputável ao Titular;
- c) A instalação e operação de equipamentos e a prestação de serviços não autorizados;

- d) A transmissão não autorizada de direitos emergentes da autorização;
- e) A observância ou o inadequado funcionamento dos equipamentos e sistemas informáticos instalados para a prestação dos serviços;
- f) A prática de actos que falseiem a igualdade de condições de concorrência ou que se traduzam em abuso de posição dominante;
- g) A falta de pagamento das taxas devidas pela autorização;
- h) O desrespeito reiterado das indicações da ANAC;
- i) A mudança da sede social ou da administração principal do Titular para fora de Cabo Verde, quando a Autorização o não permita;
- j) A alteração do objecto social, quando a Autorização imponha a sua previa autorização.

Artigo 8º **Fiscalização**

No âmbito da fiscalização, a **UNITEL T+ Telecomunicações** fica obrigada, em conformidade com o disposto no Capítulo II do Título VII do Decreto – Legislativo, no Capítulo V do Decreto-Lei nº10/2009, de 20 de Abril, e do artigo 51º dos Estatutos da ANAC aprovados pelo Decreto-Lei n.º 33/2015, de 4 de Junho, ao seguinte:

- a) Prestar à ANAC todas as informações e esclarecimentos necessários ao exercício da mesma e franquear aos agentes da fiscalização, devidamente credenciados, o acesso a todas as instalações;
- b) Manter contabilidade actualizada e organizada, de acordo com a legislação aplicável, e registos de tráfego e demais elementos correlacionados, para que possam ser examinados pela ANAC quando solicitado;
- c) Efectuar, a expensas próprias, todos os testes aos respectivos equipamentos ou serviços nos locais e de acordo com o calendário razoavelmente definidos, quando solicitado pela ANAC.

A handwritten signature in blue ink is located in the bottom right corner of the page.